

Segue o fio

1987

Um incêndio quase destrói as salas ocupadas pela AECRT na sede da General Auto.



Carlos Quevedo

1987

Carlos Quevedo, o Peninha, vence a primeira eleição direta para presidente da AECRT.

1988

Em razão de divergências políticas, a CRT veta o desconto em folha das mensalidades da associação.

Capítulo 4

Dias de turbulência

As divergências políticas criaram um muro entre a companhia e a associação. E os prejuízos causados por essa divisão levariam anos para serem contornados.



Dias de luta: greves e mobilizações foram o pano de fundo de uma fase de conflitos na associação.

Caldeirão ideológico

O primeiro dinamite. Foi assim que a Disney apresentou seu novo personagem ao fãs norte-americanos do Pato Donald, em uma revista publicada em 1966. Ele se chamava Fetrhy Duck e era inspirado nos *beatniks* – um movimento cultural que reunia escritores, músicos e pensadores com personalidade rebelde e contestadora. O novo parente de Donald usava uma touca vermelha sobre a cabeleira desgrenhada, vivia com um livro na mão e, quase sempre, acabava irritando os outros e se metendo em confusão por possuir uma visão peculiar do mundo. No Brasil, o personagem ganhou o nome de Peninha.

A trajetória da CRT jamais passou ao largo das questões políticas. O ato de criação da empresa produziu uma ligação umbilical com o governo do estado. Embora constituída como sociedade de economia mista, a companhia sempre teve os rumos pautados pelas nuances ideológicas do Palácio Piratini. “Todos os presidentes da CRT eram indicados pelo governador e estavam vinculados à orientação partidária vigente”, confirma o historiador Rogério Verlindo.

A longevidade do Cel. Antônio da Silva Nunes durante o Regime Militar demonstra isso. É possível, ainda, traçar um paralelo entre a figura de Luiz Alberto Quintero e a própria abertura política, ocorrida na transição entre os anos 1970 e 80. Quintero, um militar com bom trânsito entre os funcionários, retratava o perfil ideal para coordenar uma associação de servidores naquele momento do País.

A partir da segunda metade da década, a retomada da democracia estabeleceu novas forças no cenário nacional. O pluripartidarismo fragmentou os direcionamentos políticos. A companhia, com seus quase 8 mil funcionários, tornou-se um terreno estratégico no mapa eleitoral do estado. E a AECRT, ao consolidar-se como vetor de aglutinação dos servidores, ganhou importância nesse tabuleiro. Grupos com distintos ideários e inclinações passaram a ambicionar o comando da associação, criando correntes e tensões internas.

A problemática alcançou contornos ainda mais acentuados quando se evidenciou uma cisão entre o comando da companhia e a AECRT. Após duas gestões, Itamar Russo sentiu o desgaste de equilibrar os compromissos da associação e a chefia do departamento de Manutenção. “A atividade do meu setor era intensa, pois muitas demandas pediam soluções urgentes”, recorda. Mesmo assim, ele chegou a tentar o terceiro mandato.

O pleito de 1987 colocou em lados contrários duas correntes que, à época, ainda conservavam certas afinidades. Houve um confronto entre a vertente ligada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), representada por Itamar Russo, e um grupo que começava a ascender nos meios representativos, vinculado ao Partido dos

Diretas Já

A AECRT também foi impactada pelos movimentos de retorno da democracia que tomaram conta do Brasil na metade da década de 1980. Tanto que o pleito para a Presidência da entidade em 1987 foi o primeiro com o voto direto dos funcionários. Até então, o ocupante do cargo era escolhido pelo conselho da associação. A votação foi realizada em todas as unidades da CRT no Rio Grande do Sul.

Trabalhadores (PT). Carlos Roberto Gonçalves Quevedo liderava essa chapa de oposição. A personalidade combativa e controversa o colocava, frequentemente, no centro de debates e polêmicas. Talvez nem todos se recordem dele pelo nome. A maior parte dos colegas da CRT o conhecia como Peninha.

Sem medo do enfrentamento

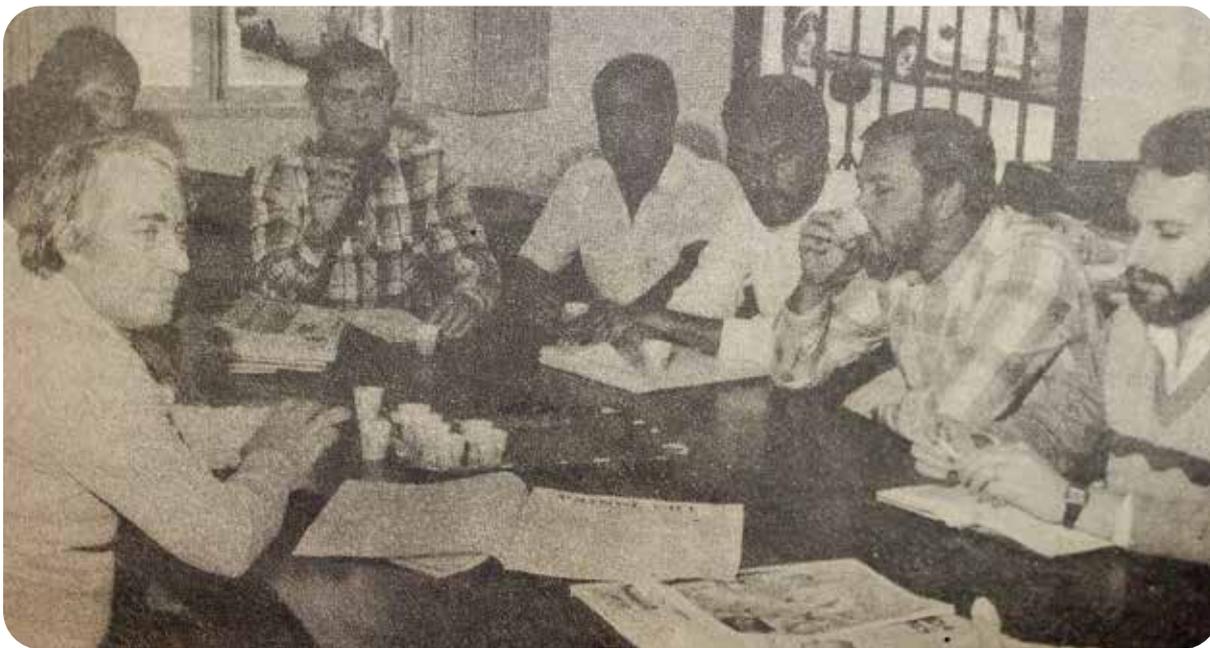
Nascido em Alegrete, em 29 de dezembro de 1952, Quevedo ingressou na CRT junto com sua irmã, no último concurso aberto para a função de escriturário, realizado em 1974. O apelido de Peninha, aliás, foi dado por ela. “Ele era muito magro e tinha o cabelo longo, um pouco desalinhado”, explica Vera Lúcia Quevedo, hoje Procuradora de Justiça do Ministério Público (MP/RS). O interessante é que os colegas da CRT também notaram essa semelhança e passaram a chamá-lo da mesma forma.

A similaridade de Quevedo com o personagem de Walt Disney ia além da aparência física. Jornalista, o Peninha dos quadinhos gostava de ler e escrever. Quevedo também. Na década de 1970, compôs canções para sua banda – a Cascalho Sound Band – e passou boa parte da juventude mergulhado na literatura. Apreciava todos os gêneros literários, mas inclinou-se mais às obras de filosofia e esoterismo quando adulto. “Meu irmão era um ser pensante e honesto com seus ideais. Apesar de brincalhão, preocupava-se com o bem-estar das pessoas e em batalhar por meios lícitos”, afirma Vera Lúcia. “Ele achava que a associação jamais deveria se curvar a interesses escusos”.

“A grande vitória de meu irmão foi ter ajudado a manter vivo o sonho de um patrimônio dos funcionários.”

Vera Lúcia Quevedo

Quevedo venceu a disputa com Itamar Russo, tornando-se o quarto presidente da história da AECRT. O objetivo principal da nova diretoria era finalizar a estruturação da sede campestre. A obra do



ginásio já estava em fase adiantada. Mas os seus principais desafios acabaram transcorrendo em outros campos.

Aquela foi uma época de efervescência política no Rio Grande do Sul. O Piratini era comandado por Pedro Simon, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no final de 1986. A sua gestão envolveu-se em constantes entrechoques com o funcionalismo público. Havia poucos anos que a greve tinha sido reativada como instrumento de pressão dos trabalhadores. E as entidades de classe lançaram mão desse recurso diversas vezes.

Houve paralisações em vários setores, como magistério, bancários, eletricitários e os próprios telefônicos. A primeira grande interrupção protagonizada pelos funcionários da CRT ocorreu em 1987, quando os empregados cruzaram os braços por sete dias. A AECRT não se engajava abertamente nesses episódios. Já Quevedo se mantinha fiel à sua filosofia e despontava na linha de frente dos movimentos de defesa da categoria. “Não havia uma orientação política enquanto entidade.

Dissidência: Peninha (primeiro à direita) integrava a diretiva de Itamar Russo.

Núcleo rebelde

Como forma de retaliação, a direção da empresa transferiu de setor diversos funcionários ligados à associação. Muitos deles, como Delcio e Renato, foram mandados para a unidade do bairro Anchieta. “Acabou sendo um tiro no pé, porque formamos um foco de resistência lá”, diz Sandra Silveira, ex-diretora administrativa da AECRT e integrante do grupo que fora isolado.

Mas as pessoas que integravam a direção não abriam mão do seu posicionamento”, confirma o executivo de negócios José Renato da Silva Filho, uma das figuras mais emblemáticas da história da Astti.

Os embates ocorridos em âmbito externo contribuíram para estabelecer um clima de animosidade na companhia. Quevedo e a própria associação bateram de frente com a direção da empresa, então comandada por Nelson Vanuzzi. E isso azedou a relação entre as duas entidades.

A primeira grande crise

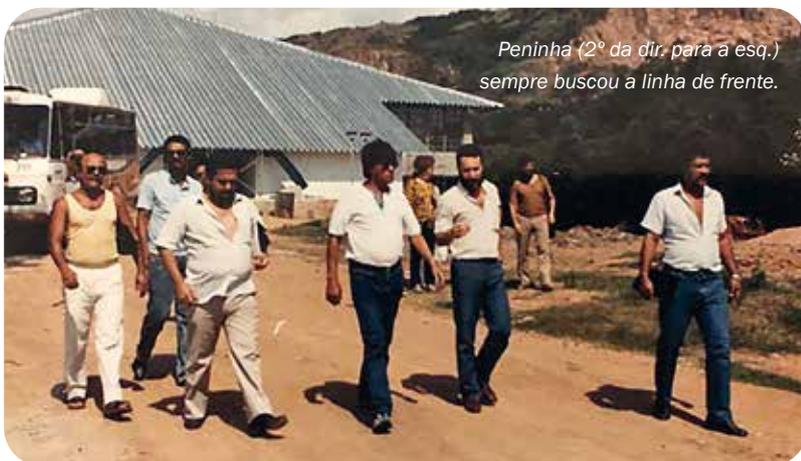
A rixa envolvendo a CRT e a associação se deu, em boa parte, por divergências ideológicas. “Tivemos um verdadeiro combate com a direção da empresa após a primeira greve. Foi uma situação bem traumática”, confirma Dulce Gonçalves. Ela ingressara na associação naquele ano, ocupando uma cadeira do Conselho Deliberativo.

O episódio incluiu, por exemplo, a disseminação de notícias falsas – um fenômeno bastante em voga na atualidade. “Havia boatos de que éramos um grupo de comunistas que queria dominar a Fundação e a própria CRT”, conta Leonido Lima Rodrigues. Ele era conselheiro

da AECRT à época e tornou-se diretor de patrimônio na gestão seguinte. “Em razão do clima e de certas perseguições, muitas pessoas acabaram temendo retaliações e se afastaram da entidade”, complementa.

O presidente da associação sentiu bastante esses impactos. Carlos Quevedo foi transferido de setor e teve bonificações salariais suspensas. O mesmo ocorreu com

Foto cedida por Ananda Quevedo



outros membros da AECRT. No caso de Peninnha, a celeuma pode ter ido ainda mais longe. “Meu irmão e minha cunhada receberam ameaças de morte envolvendo seus dois filhos”, afirma Vera Lúcia. Nunca se soube, de fato, quem protagonizou esse tipo de atentado. Por outro lado, a perseguição institucional impetrada à entidade teve uma origem incontestável.

O trabalho de envolvimento dos funcionários, conduzido pelas primeiras gestões e turbinado com a campanha da sede campestre, surtiu bons resultados ao longo dos anos. Em 1988, a AECRT possuía cerca de 6 mil Associados – em torno de 85% do quadro funcional da companhia. O contingente proporcionava uma boa saúde financeira à entidade, assegurada pela facilidade do desconto em folha de pagamento. Isso até a CRT, intempestivamente, vetar o débito das mensalidades no contracheque.

Numa manhã de 1988, sem aviso prévio, Carlos Quevedo recebeu um comunicado sobre a interrupção do desconto automático. Não havia mais sócios. A receita mensal da AECRT caíra para zero, da noite para o dia. “Isso desmantelou a associação”, diz o economista Sinval Barreto Ayres, presidente da AECRT entre os anos 1989 e 1995. “O desconto em folha era um procedimento irrisório para o sistema da CRT. Bastava colocar um código. Foi uma retaliação política.” Sinval era o diretor financeiro da entidade naquela ocasião.

Independência em jogo

O esporte simbolizou a divisão entre a AECRT e a empresa nessa fase. “Chegamos a montar um time independente para disputar a liga citadina de futsal”, lembra Marco Aurélio Souza, diretor de esportes à época. A equipe, custeada por patrocínios externos, tinha jogadores contratados e levava o distintivo da associação no uniforme.

A direção da companhia exigiu que fossem colhidas as assinaturas de cada funcionário, autorizando o débito da mensalidade em nome da AECRT. Mais uma vez, foi preciso unir forças. Iniciou-se uma campanha emergencial junto aos colegas de Porto Alegre e do interior, com contatos presenciais e por telefone. “Renato e eu trabalhávamos na unidade do bairro Anchieta. Saímos a catar pessoas. Conseguimos 150 assinaturas em poucas semanas”, lembra Delcio Poltosi. Cerca de 800 pessoas autorizaram o pagamento no primeiro mês.

A recuperação, no entanto, foi lenta. Demoraria alguns anos para que a AECRT conseguisse voltar ao patamar anterior ao corte. Na prática, isso só aconteceria após a troca do governo estadual. Até lá, a associação ainda precisaria lidar com as intempéries provocadas pela cizânia com o comando da empresa. O veto ao desconto das mensalidades, aliás, não foi o único puxão de tapete sofrido nessa fase.

Porteira fechada

Em dezembro de 1988, a construção do ginásio de esportes da AECRT foi concluída. O sonho da sede campestre estava prestes a ser concretizado. A partir dali, em tese, a estrutura seria aberta aos funcionários. Caberia à associação administrá-la e iniciar o pagamento da dívida contraída junto ao fundo de pensão. Mas a CRT ignorou o acordo firmado cinco anos antes.

Preço da democracia

A representatividade obtida pela associação junto aos funcionários a partir da implementação do voto direto era um dos fatores que gerava incômodo na direção. “Aquela direção não gostava da autonomia que havíamos alcançado em diversos âmbitos. Representava um risco a eles”, diz Marco Aurélio Souza.



Intocável: o ginásio, embora pronto, não podia ser usado pelos funcionários.

A gestão de Nelson Vanuzzi não entregou as chaves à associação. Por ordem da companhia, a Fundação CRT embargou a sede campestre. O terreno foi fechado. Apenas o casal de caseiros contratado podia frequentá-lo. Eles tinham ordens de impedir que qualquer pessoa acessasse o local. Mais do que isso: a presidência do fundo de pensão foi instruída a vender o imóvel. Pelo documento assinado em 1983, o terreno e o ginásio eram bens da companhia. Só seriam transferidos à AECRT após a quitação do débito.

O sonho cultivado por anos pela Família CRT havia se transformado numa miragem: estava lá, mas não podia ser tocado. E ainda corria o risco de desaparecer a qualquer momento. A associação buscou contornar o problema por diferentes caminhos. Entretanto, o diálogo era infrutífero. “Tentamos conversar com a Fundação inúmeras vezes. Recorremos ao governo estadual e fomos a Brasília pedir auxílio ao secretário de Previdência Complementar”, relata Dulce. Todas as tentativas esbarravam nos entraves políticos.

Probidade acima de tudo

Não foi só na AECRT que Carlos Quevedo envolveu-se em embates. Quando trabalhou na Rede, Peninha acabava arrumando polêmicas com os empreiteiros. Mas sempre por boas causas.

“Ele era muito probo em tudo que se envolvia. Sofreu inúmeras tentativas de suborno, com propostas mirabolantes”, conta Vera Lúcia.

Em um desses episódios, prossegue a procuradora, chegaram a lhe oferecer uma ilha para fechar um negócio ligado à associação.

Chá da tarde

Durante o embargo, o casal de caseiros eram as únicas pessoas que podiam frequentar a sede campestre.

Mas eles costumavam receber dois visitantes especiais. “O Saturno e eu íamos quase todas as tardes tomar chimarrão com os caseiros. A gente não queria que eles se sentissem sozinhos”, conta Eny da Rosa.

Enquanto isso, o ginásio de esportes restava abandonado no Beco Souza Costa. O mato da sede campestre se avolumava tal qual a angústia dos funcionários que ansiavam pela resolução do impasse. A Família CRT queria apenas usufruir da casa que ajudara a conquistar. E isso tirava o sono de Carlos Quevedo.

Um passo atrás, muitos à frente

O estatuto da AECRT previa novas eleições para o início de 1989. Aquele seria um ano especial no âmbito político do País. Em outubro, os brasileiros votariam para presidente pela primeira vez após 29 anos. O PT, de Luiz Inácio Lula da Silva, e o PDT, de Leonel Brizola, eram dois dos principais postulantes ao Palácio do Planalto. Uma espécie de prévia desse embate ocorreu nas urnas da associação.

“Tentamos conversar com a Fundação inúmeras vezes. Recorremos ao governo estadual e fomos a Brasília pedir auxílio ao secretário de Previdência Complementar.”

Dulce Gonçalves

A situação projetava a continuidade com uma chapa formada por Carlos Quevedo e Dulce Gonçalves, que ganhava notoriedade por sua participação ativa na entidade. Do outro lado, o grupo vinculado ao PDT articulava seu retorno ao lançar os nomes de Renato Raimundo e Enoir Kowalski. Mas ainda havia um terceiro elemento nessa equação. As eleições para o governo estadual só aconteceriam no ano seguinte. Ou seja, até lá, o comando da CRT não seria alterado. Isso representava a permanência do conflito e do embargo da sede campestre caso o panorama diretivo da AECRT seguisse igual.

O foco central da animosidade recaía sobre Carlos Quevedo. Consciente disso, Peninha abdicou do pleito. “Ele sabia que era o alvo da discórdia. Não queria mais causar danos à associação”,

explica Vera Lúcia. A desistência abriu uma lacuna na nominata. E a missão de encabeçar a lista coube a Sinval Ayres. “É bom dar dois passos à frente. Quando necessário, porém, é preciso um passo atrás para avançar sem conflito”, diz ele, citando uma frase do ex-presidente chinês Mao Tsé-Tung.

O recuo estratégico não foi suficiente para apaziguar todos os problemas de relacionamento entre a AECRT e a direção da companhia. Mas ajudou a unir dois nomes que, nos anos seguintes, liderariam a associação em algumas das maiores vitórias de seus 40 anos.

Posição consciente

A carga suportada pelos integrantes da associação era compreendida como um preço a ser pago para a manutenção da entidade. “Entendíamos que era um momento histórico, de resistência. Estávamos reafirmando que aquilo havia sido uma obra dos trabalhadores”, ressalta Sandra Silveira.

O fogo cruzado era tanto que o jornalista Dante Alighieri, do setor de comunicação da CRT, chegou a comparar a situação de Peninha com a da icônica foto da menina nua em meio aos bombardeios da Guerra do Vietnã.

Apesar dos percalços, Quevedo seguiu na empresa até 2010, quando foi diagnosticado com insuficiência renal e se aposentou. Ele também atuou como diretor jurídico do Sinttel-RS, entre 2001 e 2010. Faleceu em 8 de março de 2015, vítima de complicações renais. Deixou três filhos, Ananda, Cassiano e Luna, e as netas Laura e Martina.

Na memória



Fotos desta página: acervo Sinter-RS



Nas ruas e plenários: mobilizações e embates com a direção marcaram o fim dos anos 1980 e o começo da década seguinte.



Entre os leões: a postura firme de Dulce na defesa da categoria começava a se destacar.



Atentado: documentos foram perdidos no incêndio de 1987.



Voto direto: edição do jornal da AECRT convocava os sócios para ir às urnas em 1987.

Parceria: Marco Aurélio Souza e Peninha em evento na antiga sede da General Auto.

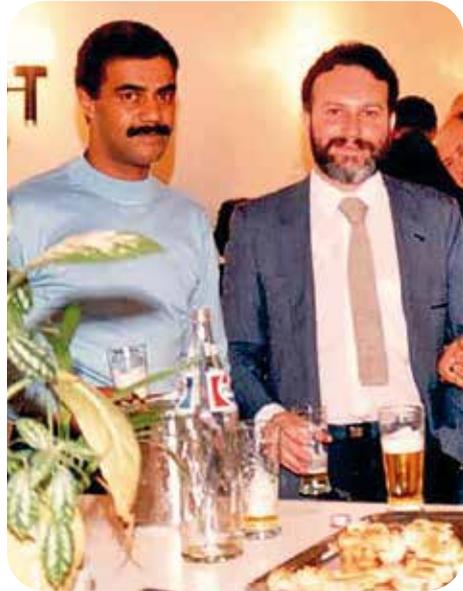


Foto cedida por Sandra Silveira



Formatura: a ideologia e a retórica levaram Peninha ao Direito.

Foto cedida por Ananda Quevedo